

Relatos sobre questões ambientais e atividades educativas no Cariri Paraibano

ISBN 978-858001213-2



9 788580 012132

Organização
Carina Seixas Maia Dornelas
Aleksandra Vieira de Lacerda
Allan Gustavo Freire da Silva



RELATOS SOBRE QUESTÕES AMBIENTAIS E ATIVIDADES EDUCATIVAS NO CARIRI PARAIBANO

UFCG - BIBLIOTECA



Campina Grande - PB
2017

Organização
Carina Seixas Maia Dornelas
Alecksandra Vieira de Lacerda
Allan Gustavo Freire da Silva

RELATOS SOBRE QUESTÕES AMBIENTAIS E ATIVIDADES EDUCATIVAS NO CARIRI PARAIBANO

UFCG - BIBLIOTECA



Campina Grande - PB
2017

A872 Relatos sobre questões ambientais e atividades educativas no cariri paraibano . / Organização de Carina Seixas Maia Dornelas, Aleksandra Vieira de Lacerda, Allan Gustavo Freire da Silva. – Campina Grande - PB: EDUFCG, 2017.

72p. : il.

ISBN: 978-85-8001-213-2

1. Educação ambiental. 2. Extensão universitária. 3. Orçamento público e democrático. 4. Participação política. I. Dornelas, Carina Seixas Maia. II. Lacerda, Aleksandra Vieira de. III. Silva, Allan Gustavo Freire da.

CDU: 502.1:37

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Rosenato Barreto de Lima
Editoração Eletrônica/ Capa

Wandson Vagner Azevedo Souza
Revisor Ortográfico

TexGraf Editora Ltda
Impressão Gráfica

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEL)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)



Apresentação

Atividades voltadas à extensão universitária constituem-se como uma responsabilização da universidade perante a sociedade, e passam a ser identificadas como um dos papéis a serem fomentados no meio universitário, cujo compromisso implica em viabilizar maneiras e metodologias que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da sociedade, financiadora e mantenedora de tais ações.

A discussão apresentada nesta obra busca relacionar um conjunto de experiências, relatos e reflexões sobre vivências extensionistas, desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA na região do Cariri Paraibano nos últimos anos. Trata-se de estudos e projetos realizados sobre diversas experiências vivenciadas em escolas do campo, por meio da produção de cordéis no ensino de Geografia e História; declarações sobre trabalhos desenvolvidos em escolas públicas de nível fundamental e médio, envolvendo práticas agroecológicas; resultados de projetos de extensão coordenados por docentes do CDSA e direcionados à conscientização ambiental de jovens e adultos; além de análises da produção de hortaliças em um sistema hidropônico na região do cariri paraibano.

A elaboração desta série de discussões e registros sobre as questões ambientais e o ambiente universitário se justifica diante da necessidade de conscientização e reavaliação de práticas ambientais, as quais se propõem a traçar novas ações educativas sob uma perspectiva sustentável.

Desse modo, o agrupamento de intensas e relevantes experiências vivenciadas por docentes e discentes do CDSA busca fortalecer a disseminação de práticas que ampliem as possibilidades de pleno convívio entre os recursos naturais e o homem. A união de relatos e a propagação de experiências extensionistas voltadas às questões ambientais no Cariri Paraibano, parte da compreensão indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão, congregadas no perene compromisso de transformação de realidades e ampliação de possibilidades sociais, econômicas, ambientais e políticas.

Os organizadores



Sumário

ATIVIDADES EDUCATIVAS NO CARIRI PARAIBANO: DISSEMINANDO PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB	13
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Educação ambiental nas escolas	15
2. METODOLOGIA	17
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB	25
1. INTRODUÇÃO	25
2. CAMINHOS DA PESQUISA	26
3. A EDUCAÇÃO DO CAMPO	27
4. PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NAS ESCOLAS DO CAMPO DE SUMÉ - PB	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
OS SABERES CONSTRUÍDOS PELOS SUJEITOS DA ESCOLA DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA PRODUÇÃO DO CORDEL NO ENSINO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA	39
1. INTRODUÇÃO	39
2. REFERENCIAL TEÓRICO	40
2.1. O Ensino de Geografia e História	40
2.2. A Literatura de Cordel	43
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS	45
4. RELATANDO A EXPERIÊNCIA-CONSTRUINDO O CORDEL NA ESCOLA DO CAMPO NAS AULAS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
A GESTÃO AMBIENTAL E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE O NÍVEL DE INVESTIMENTOS DE MUNICÍPIOS DO CARIRI PARAIBANO	55
1. INTRODUÇÃO	55
2. METODOLOGIA	57
3. REFERENCIAL TEÓRICO	58
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69

ATIVIDADES EDUCATIVAS NO CARIRI PARAIBANO: DISSEMINANDO PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Nubiana da Costa Benedito

Graduanda em Tecnologia em Agroecologia - UFCG/CDSA

Luana Cristina de Medeiros

Graduanda em Engenharia de Biosistemas - UFCG/CDSA

Jeneciélma da Silva Nascimento

Graduanda em Engenharia de Biosistemas - UFCG/CDSA

Renato Luiz Farias Lima

Graduando em Engenharia de Biosistemas - UFCG/CDSA

Cíntia Daniele de Freitas Gonçalves

Graduanda em Tecnologia em Agroecologia - UFCG/CDSA

Carina Seixas Maia Dornelas

Professora Adjunta - UFCG/CDSA

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o homem começou a explorar e dominar a natureza de forma irracional, aliada ao crescente processo de industrialização, o que passou a ser um sinônimo de desenvolvimento, porém como consequência, ocasionou um desequilíbrio ao meio ambiente. Este modelo de agricultura utilizado tem como principal meta buscar o desenvolvimento do meio rural, que muitas vezes foi considerado também como crescimento econômico,

e que passava uma imagem de melhoria da qualidade de vida de sua população, pois além de gerar riquezas permitia a elevação do bem-estar material, porém o que esse modelo promoveu foi uma degradação crescente do meio ambiente.

A agroecologia surge como uma ciência que tenta quebrar o modelo da agricultura convencional, sendo utilizado por muito tempo, e que tem como principal objetivo produção e lucratividade. É uma ciência que busca conhecer os agroecossistemas para então, desenhar o modelo agrícola nos sistemas produtivos.

A utilização de técnicas que promovam desenvolvimento sustentável é considerada de suma importância em uma região onde a degradação tem se tornada intensa. Se nos preocuparmos com as gerações vindouras, precisamos desenvolver ações que busquem a preservação e conservação dos recursos naturais.

Assim, diante dos problemas ambientais do mundo, é muito importante que as novas gerações possam ter em seus currículos escolares a dimensão ambiental porque a escola é um lugar ideal para que esse processo aconteça, o maior objetivo da educação ambiental é tentar criar uma nova mentalidade com relação a como usufruir dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente.

A educação ambiental busca ensinar aos estudantes como lidar com o meio ambiente e como resolver problemas relacionados a ele, de acordo com Dias (2004) os problemas devem ser compreendidos primeiramente em seu contexto local, e em seguida ser entendida em seu contexto global.

Existem leis que regem a educação ambiental, a lei 9.765/99 precisa ser mencionada como um marco importante da história da educação ambiental no Brasil, porque ela resultou de um longo processo de interlocução entre ambientalistas, educadores e governos (BRASIL, 1999).

O trabalho educacional é componente dessas medidas das mais essenciais, necessárias e de caráter emergencial, pois sabe-se que a maior parte dos desequilíbrios ecológicos está relacionada a condutas humanas inadequadas impulsionadas por apelos consumistas – frutos da sociedade capitalista – que geram desperdício, e ao uso descontrolado dos bens da natureza, a saber, os solos, as

águas e as florestas (CARVALHO, 2006).

Somente desta maneira é que se torna possível acreditar na possibilidade de mudar condutas e valores e, assim, formar pessoas que, através da disseminação de suas convicções, trabalharão por uma nova maneira de relacionar-se com o mundo e seus recursos naturais e também com as outras pessoas (SCHINKE, 1986).

Na visão de Dias (2004), a educação ambiental na escola não deve ser conservacionista, ou seja, aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo homem, mas aquela educação voltada para o meio ambiente que implica uma profunda mudança de valores, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o estado conservacionista.

Para Sato (2004) o aprendizado ambiental é um componente vital, pois oferece motivos que levam os alunos se reconhecerem como parte integrante do meio em que vivem e faz pensar nas alternativas para soluções dos problemas ambientais e ajudar a manter os recursos para as futuras gerações.

1.1. Educação ambiental nas escolas

Na perspectiva de Cuba (2008) a educação ambiental nas escolas deve ser discutida de forma científica, isto é, como uma disciplina como as outras, já que é um tema de extrema importância e que se torna esquecido na maioria das vezes, visto que os estudantes ficam presos aos conteúdos administrados pelos professores durante o ano letivo, com isso muitos professores não tem o compromisso de repassar um tema transversal.

Segundo Foeppel & Moura (2014, p 23):

O planejamento curricular deve estimular uma visão integrada e multidimensional do ambiente, o pensamento crítico para a visão de sustentabilidade ambiental e cooperação, o reconhecimento e valorização das diferentes formas de saberes e olhares para questão ambiental, vivências que possibilitem a formação de um sentimento no qual o discente se sinta parte do meio ambiente, reflexões sobre os diferentes tipos de desigualdades e seus impactos ambientais, linguagens múltiplas para a execução de ações éticas em relação ao meio ambiente.

As pesquisas de Bizerril e Faria (2001) mostra que apenas alguns professores entrevistados por eles, acreditam que seus alunos têm consciência e a capacidade de enfrentar as questões relacionadas ao meio ambiente. Sendo que os estudantes até então demonstram condições para debater, propor, ou participar das soluções, sobre as questões ambientais.

Medeiros et, al. (2011, p. 12) traz em sua literatura a importância da educação ambiental nas escolas:

“A educação ambiental nas escolas contribui para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade. Para isso, é importante que, mais do que informações e conceitos, a escola se disponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores e com mais ações práticas do que teóricas para que o aluno possa aprender a amar, respeitar e praticar ações voltadas à conservação ambiental.”

Além disso, a educação ambiental também pode ser entendida como um processo participativo, através do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, adquirem conhecimentos, desenvolvem atitudes e competências voltadas para a conquista e manutenção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, fortalecendo a construção de uma nova sociedade (OLIVEIRA, QUINTAS e GUALDA, 1991).

Dessa forma, a escola é considerada um local para que tais ações aconteçam, permitindo a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Segundo Morgenstern & Francischett (2008), a escola efetiva-se como espaço formador de agentes de mudanças, visto que, é um ambiente propício à formação de novas atitudes, de novos comportamentos e valores. Por isso a importância de trabalhar questões ambientais no ensino formal, sendo integrada ao currículo de forma a promover uma melhor aprendizagem e despertar a sensibilização do educando, contextualizando com a sua realidade na formação do cidadão crítico e participativo (BRASIL, 2004).

As práticas educativas ambientalmente sustentáveis nos apontam para propostas pedagógicas centradas na criticidade e

na emancipação dos sujeitos, com vistas à mudança de comportamento e atitudes, ao desenvolvimento da organização social e da participação coletiva (JACOBI, et. al., 2009). Diante dessa proposta é que a educação ambiental difere da educação convencional, pois não pode ser entendida como uma disciplina e sim como um tema que deve ser tratado transversalmente em todas as disciplinas nos currículos escolares.

De acordo com Cuba (2008) torna-se necessário adotar medidas de conservação do meio ambiente, com isso se ver necessário que as pessoas se conscientizem, para que assim multipliquem-se desde as gerações presentes até as futuras as atividades que não danifiquem o meio ambiente, mostrando a real importância da educação ambiental nas escolas, trazendo projetos sustentáveis para serem efetuados e multiplicados.

Silva & Leite (2008, p. 10) apresentam algumas estratégias para a efetivação da educação ambiental nas escolas de ensino fundamental, tais como:

“identificar a percepção ambiental dos atores que estão envolvidos no processo; construir em conjunto o diagnóstico ambiental da unidade de ensino e do seu entorno; investir na formação dos educadores e educadoras; utilizar estratégias metodológicas que permitam a construção e reconstrução do conhecimento de forma dinâmica, criativa, crítica, lúdica, participativa, investigativa e que tenha por base a afetividade; envolver toda comunidade escolar; conquistar a confiança, o apoio e a participação dos pais e das mães; o tema Meio Ambiente deve permear todas as disciplinas e conteúdos; planejar e promover atividades integradas e inter-relacionadas para toda comunidade escolar; realizar Educação Ambiental de forma sistemática [...]”.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido na Escola de Ensino Fundamental José Romão de Jesus, localizado no município de Serra Branca-PB, com uma turma de 23 educandos, com idade de 11 a 16 anos, buscando o desenvolvimento local da comunidade, através dos conhecimentos das práticas da agroecologia(Figura 1), localizado no

Cariri Ocidental Paraibano. Segundo o Censo realizado pelo IBGE (2010), a densidade demográfica de Serra Branca é de 18,89 ha/km². Da população residente no município, 4555 são da zona rural e 8418 da zona urbana. A Escola onde foi executado o trabalho está localizada no sítio Capoeiras, na zona rural com a turma do sétimo ano.

Figura 1 - Imagens da Escola de Ensino Fundamental José Romão de Jesus na microrregião do Cariri Ocidental, semiárido paraibano



Fonte: Registrado pelos autores, (2016).

A proposta teve duração de doze meses, onde foram capacitados jovens agricultores (as) ou filhos (as) de agricultores que estivessem estudando em escolas de ensino fundamental na microrregião do cariri paraibano. Os dados foram coletados por meio de questionário semiestruturado, onde as questões eram compostas por temas relacionados a atividades agroecológicas.

Além da aplicação dos questionários, também foi realizado com os educandos, duas capacitações com os seguintes temas: Introdução a Agroecologia e Sistemas Agroflorestais. No final de cada módulo, eram realizadas aulas práticas objetivando uma melhor fixação dos conceitos e para que os jovens educandos possam aprender e aplicar na sua comunidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação dos questionários foi realizada antes da aplicação dos módulos, com o objetivo de verificar o nível de conhecimento dos educandos a respeito da utilização das práticas agroecológicas. Participaram do projeto 23 estudantes do sétimo ano, da escola José Romão de Jesus com idades entre 11 e 16 anos, assim o trabalho foi desenvolvido com 13 estudantes do sexo feminino e 10 do masculino.

Nesse sentido, quando foram abordados sobre o que entendiam de agroecologia, todos os educandos conceituaram como uma nova abordagem de agricultura que integra diversos aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos. A agroecologia pode ser conceituada como uma ciência que tenta estudar, analisar e desenhar agroecossistemas sustentáveis, e para que isso aconteça, é necessário buscar uma interação entre as diferentes áreas e formas de conhecimento. Também é caracterizada como um enfoque integrador de concepções e áreas de conhecimento, que procuram entender o funcionamento dos recursos naturais para que possa gerar um modelo de produção que promova sustentabilidade, respeitando a regeneração natural do meio ambiente.

Segundo Gliessman (2001) a agroecologia corresponde a aplicação dos conceitos e princípios da ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis. Dessa forma, o enfoque do modelo agroecológico é proporcionar o conhecimento e a metodologia necessária para o desenvolvimento de uma agricultura que seja ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável.

Os educandos também foram abordados sobre o que entendiam sobre sistema agroflorestal 70% responderam que são formas de uso e manejo da terra, nos quais se combinam espécies arbóreas com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, 21% que são sistemas onde só é permitido o desenvolvimento de florestas, 4% que é uma nova forma de manejo da terra onde é proibido a criação de animais, e os demais não souberam responder. Os sistemas agroflorestais podem contribuir para a solução de problemas no uso dos recursos naturais, por causa das funções biológicas e socioeconômicas que podem cumprir. A presença de árvores no sistema traz benefícios diretos e indiretos, tais como o controle da erosão e manutenção da fertilidade do solo, o aumento da biodiversidade, a diversificação da produção e o alongamento do ciclo de manejo de uma área.

Na aplicação do módulo "Sistemas Agroflorestais", foi debatido a possibilidade de produzir um sistema agropecuário em um componente arbóreo ou lenhoso, aproveitando os espaços que existem em uma propriedade, sem ter a necessidade de retirar nenhuma planta para ser substituída por produção agrícola. Assim, os educandos puderam compreender que os componentes de um

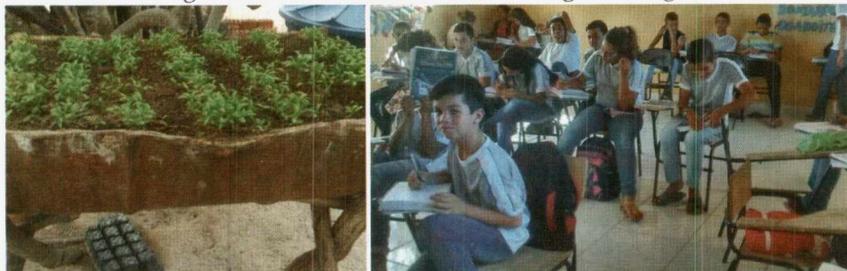
sistema podem interagir, e que o sistema é dinâmico, tornando mais fácil a busca de soluções aos problemas de manejo e visando sustentabilidade dos recursos naturais. Em seguida os jovens agentes assistiram uma, vídeo aula onde agricultores da região puseram em prática e mostraram os benéficos adquiridos depois que pararam de trabalhar de forma convencional e começaram a trabalhar com o sistema agroflorestal.

Os educandos também foram abordados sobre a temática de práticas agroecológicas, assim foram questionados quais as atividades se referiam a essas práticas, 74% responderam cobertura morta, rotação de cultura, controle biológico e adubação verde, 22% entendiam que práticas agroecológicas seriam rotação de cultura, adubação verde, cobertura morta e uso de agrotóxico e 4% desmatamento, uso de insumos químicos e poluição. A utilização de práticas agroecológicas poderá promover sustentabilidade dos recursos naturais, para Aresi e Manica (2010), a rápida transformação do ambiente provocada pelo homem não obedeceu às leis de conservação da natureza e sim as leis econômicas. Buscamos modificar de forma útil à matéria prima fornecida pela natureza, para nosso próprio bem estar, desenvolvendo um processo de interação entre homem/natureza, mas esse processo desencadeia uma relação desigual, pois acabamos por modificar de forma significativa o ambiente em que estamos inseridos.

Na aplicação do módulo “Introdução a Agroecologia”, passaram a entender que a utilização de técnicas agroecológicas não é simplesmente mudar a forma de produzir alimentos, mas sim, é uma mudança no estilo de vida e na forma de se interrelacionar com o meio. Trata-se da transformação do modelo de desenvolvimento rural, buscando modificar as variáveis sociais, econômicas e culturais, tratando o homem, e não o capital, como centro, sendo o desenvolvimento responsabilidade de todos os agentes (Figura 2).

Além do mais, os modelos agroecológicos estão pautados na inclusão social, procurando proporcionar melhores condições econômicas para os agricultores, onde estes poderão produzir alimentos mais saudáveis, utilizando práticas que causem menos impacto ao meio ambiente e que mantenha por mais tempo as características dos agroecossistemas. Porém, para que esse modelo de agricultura seja consolidado é necessário que políticas públicas venham ser desenvolvidas e aplicadas.

Figura 2 - Módulo: Introdução a Agroecologia



Fonte: Registrado pelos autores, (2016).

A utilização de espaços de intervenção pode ser o início para que tais mudanças ocorram, olhando o jovem como um agente de transformação. Segundo Araújo et. al., (2011), a presença campesina reorientou em alguns aspectos as políticas públicas e a estrutura estatal em favor do reconhecimento do campo enquanto espaço de exercício de cidadania e de possibilidades de vida com dignidade. Esses espaços poderão quebrar conceitos antigos, de que não existe oportunidade no campo, diminuindo o êxodo rural e permitindo a inserção do jovem no seu lugar de origem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a exposição dos dados, verificou-se que os educandos conheciam sobre a temática abordada nas capacitações, o que pode estar relacionado a uma maior vivência do campo, tendo em vista que os alunos moram e estudam na zona rural.

O processo formativo vivenciado pelos jovens educandos considerou que todas as experiências vivenciadas pelo grupo foram objeto de análise e aprendizagem coletiva. Dessa forma, os jovens estão aos poucos rompendo com o estereótipo semiárido criado pela indústria de seca, como sendo esta região quase que improdutiva e redescobrimo novos valores e potenciais, onde os mesmos no futuro possam reescrever uma história diferente da sua família camponesa.

Assim, considerando as capacitações realizadas contendo diferentes eixos temáticos buscou-se socializar a compreensão de que o uso de técnicas adequadas associadas ao manejo sustentável

da Caatinga é de grande importância para a melhoria da produtividade, e da renda familiar como também para conservação dos recursos naturais.

5 REFERÊNCIAS

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9a ed. São Paulo: Gaia, 2004.

CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 110-126.

SCHINKE, G. **Ecologia política**. Santa Maria, 1986.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos. Rima, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

BIZERRIL, M.X.A; FARIA, D.S. Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, jan./dez. 2001.

FOEPPPEL, A.G.S.; MOURA, F.M.T. Educação ambiental como disciplina curricular: possibilidades formativas. **Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia**, n. 7, 2014.

MEDEIROS, A.B.; MENDONÇA, M.J.S.L.; SOUSA, G.L.; OLIVEIRA, I.P. A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, set. 2011.

OLIVEIRA, E.M.; QUINTAS, J.S.; GUALDA, M. J. Diretrizes para Execução da Política Nacional do Meio Ambiente. **Educação Ambiental**. Proposta preliminar para discussão. Brasília: IBAMA, 1991.

ARESI, D.; MANICA, K. Educação ambiental nas escolas públicas: realidade e desafios. Monografia apresentada a Universidade

Comunitária da região de Chapecó – curso de Ciências Biológicas. Chapecó - SC, 2010.

MORGENSTERN, L.T.B.; FRANCISCHETT, M.N. Educação ambiental: uma proposta interdisciplinar. Santa Terezinha de Itaipu-PR, 2008, p.22.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento. 3. ed. Brasília: FUNASA, 2004.

JACOBI, P. R. et al. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: Participação e Engajamento. **Cadernos Cedex**. Campinas, v. 29, n. 77, p. 63-79, 2009.

SILVA, M.M.P.; LEITE, V.D. Estratégias para realização de educação ambiental na escola do ensino fundamental. **Revista Eletrônica Mestrado de Educação Ambiental**. V. 20, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251480&search=paraiba|sao-jose-dos-cordeiros..> Acesso em 14 de maio de 2014.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia – processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2ª edição, Editora da UFRGS, Porto Alegre-RS, 2001.

ARAÚJO, E.A.; TRINDADE, A.M.S.; RODRIGUES, A.C.S.; ARAÚJO, M.R.B.; LEAL, E.P. Universidade e campo – espaços de construção e de socialização dos conhecimentos. In: ARAÚJO, A.E.; SANTOS, F.N. **Intervivência Universitária uma experiência de educação contextualizada**. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa, 2011.

CUBA, A.M. **Educação ambiental nas escolas**. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB

Atiliane da Silva Rafael

Graduada em Tecnologia em Agroecologia pela
Universidade Federal de Campina Grande -UFCG

Fabiano Custódio de Oliveira

Professor Doutor do Curso da Licenciatura em Educação
do Campo - CDSA/UFCG. Coordenador do Subprojeto
PIBID - Diversidade- Ciências Humanas e
Sociais - CDSA/UFCG

1. INTRODUÇÃO

As discussões em torno de “novas” práticas na agricultura inserem-se, nos últimos anos, no debate da sustentabilidade, ou seja, na adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não use de maneira predatória os recursos naturais e não modifique com tanta agressividade o meio ambiente, buscando compatibilizar um padrão de produção agrícola que integre com equilíbrio os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A crise do ambiente exige, nesse contexto, que a educação seja mediadora na atividade humana articulando teoria-prática. Atualmente, há consenso sobre a necessidade de problematização das questões ambientais em todos os níveis de ensino. A educação ambiental vem sendo valorizada como uma ação educativa que deve estar presente no currículo, de forma transversal e interdisciplinar, articulando o conjunto de saberes, formação de atitudes e sensibilidades ambientais, responsabilidade, compromisso, solidariedade, os quais constituem aspectos fundamentais para a for-

mação do sujeito ecológico (BERNARDES, et al, 2013).

Nesse contexto, insere-se a Agroecologia considerada como ciência ou campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, cujos ensinamentos pretendem contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional.

Para Adorno (2000), a educação deve priorizar a experiência crítico-formativa e desenvolver os seus elementos subjetivos e objetivos para desenvolver plenamente suas potencialidades humano-formativas (desenvolvimento pleno do indivíduo, para que possa exercer sua cidadania). Seu sentido deve estar voltado para a formação de sujeitos ativos na apropriação e na elaboração do conhecimento, para a compreensão de seu papel como agentes de mudanças na realidade em que vivem e na busca da transformação.

As escolas do meio urbano e rural podem ser protagonistas da difusão das práticas agrícolas agroecológicas por meio da educação ambiental. Para o meio rural, a educação ambiental tem um caráter bastante peculiar, pois deve estar voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico da população que mora e trabalha no campo.

Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou verificar como estava sendo realizado o ensino de práticas agroecológicas nas escolas do campo do município de Sumé - PB, uma vez que o desenvolvimento de práticas agroecológicas nas escolas do campo promove a formação de cidadãos conscientes e atuantes na preservação do meio ambiente.

2. CAMINHOS DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa foi feita inicialmente uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que é por meio do material já existente que se dá início a uma investigação científica. Além do suporte teórico, a pesquisa bibliográfica permite ao investigador o acesso a uma maior amplitude de fenômenos, o que auxilia no desenvolvimento de pesquisas que requerem dados muitos dispersos (GIL, 2008).

Foram efetuadas visitas às escolas para realização de coleta de dados junto aos professores, por meio da aplicação de questionários que objetivaram conhecer o universo pesquisado e identificar possíveis formas de contribuição para a melhoria do ensino de práticas agroecológicas nas escolas do campo.

As escolas do campo do município de Sumé - PB que foram alvo dessa pesquisa: U.M.E.I.E.F. Manoel Inácio, U.M.E.I.E.F. José Bonifácio Barbosa de Andrade, U.M.E.I.E.F. Rodolfo Santa Cruz, U.M.E.I.E.F. Senador Paulo Guerra e U.M.E.I.E.F. João de Sousa.

Para a análise de dados foram usados os recursos de construção de gráficos e análise descritiva, já que estes nos permitem evidenciar os aspectos visuais dos dados obtidos e descrevê-los estabelecendo a relação existente entre eles (LAKATOS & MARCONI, 2003; TEIXEIRA, 2010).

3. A EDUCAÇÃO DO CAMPO

O processo que resulta na construção dessa proposta que conhecemos como Educação do Campo não é algo recente, mas fruto de um processo de lutas, movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil e povos do campo.

De acordo com Pires (2012), a primeira referência sobre Educação do Campo – que na época foi designada ‘Educação Rural’ – apareceu em 1923, mediante a proposta de produção e difusão do conhecimento técnico-agrícola no meio rural, ao lado de investimento na agricultura, sendo voltada para crianças que desejassem trabalhar nessa área.

A diferença entre a Educação Rural e a Educação do Campo está pautada no fato de a segunda estar fundamentada na situação social, política e pedagógica, pensada a partir dos próprios sujeitos a que se destina, tratando-se, portanto, de “uma educação dos e não para os sujeitos do campo, feita através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos”. O quadro abaixo mostra a diferenciação entre a Educação Rural e a Educação do Campo.

Quadro 1 - Diferenças entre a Educação Rural e a Educação do Campo

Educação Rural	Educação do Campo
Criada pelo Estado sob uma ótica assistencialista, ou de ordenamento social a partir de um modelo de dominação da elite fundiária.	Construída pelos e com os sujeitos do campo.
Propõe uma escolaridade voltada para o ensino técnico-profissional, definida pelas necessidades do mercado de trabalho.	Pensada sob as diferentes esferas: social, política e pedagógica, fundamentada em princípios que valorizam os povos do campo considerando o meio em que vivem.
Pensada a partir do mundo urbano, fica a serviço da modernização do campo.	Princípios voltados para o processo de desenvolvimento sustentável.
Retrata o campo a partir do olhar do capital e seus sujeitos de forma estereotipada, inferiorizada.	Pensada a partir da especificidade e do contexto do campo e de seus sujeitos.

Fonte: PIRES, 2012.

Dessa forma, as lutas pelos povos do campo objetivam a implantação de políticas públicas que assegurem o seu direito à educação e uma educação no e do campo, conforme Caldart (2008): “**No**: o povo tem o direito a ser educado onde vive; **Do**: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Logo, a Educação do Campo deve ser voltada à formação de cidadãos cientes das problemáticas existentes no campo, porém, dispostos a enfrentá-las, coletivamente.

Assim sendo, é fundamental viabilizar às escolas do campo a construção de uma proposta pedagógica diferenciada, expressa sob a forma de seleção de conteúdo, organização, sistematização e formação de conceitos, envolvendo todos os que fazem parte da escola, partindo de uma análise do contexto do campo, da escola e da concepção de Educação do Campo. Além disso, é necessário haver um currículo que trabalhe o território, a terra e a cultura, saindo da visão generalista e única de conhecimento que predomina nos currículos da educação básica (SILVA, 2011; PIRES, 2012).

Arroyo (2007) diz que a organização do trabalho pedagógico na Educação do Campo requer uma formação de educadores (as) a partir da dinâmica social, política e cultural existente no campo, e através de lutas pelos direitos de seus povos, pelo direito à terra, ao território, ao modo de produção camponesa, à educação, à escola.

Dessa maneira, Silva (2004) definiu Educação do Campo como

“toda ação desenvolvida junto aos povos do campo, ‘incorporando os povos e o espaço da floresta, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas’ e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida”.

Entre os princípios da Educação do Campo encontra-se o incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos que estimulem o desenvolvimento das unidades escolares em diversos fatores, entre eles o estudo direcionado para o desenvolvimento social, ecologicamente justo e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2010).

Para Ramos et al. (2004), pensar em educação na relação com o desenvolvimento sustentável é pensar a partir da ideia de que o local pode ser reinventado através das potencialidades que podem surgir a partir da revitalização, da importância do coletivo como método de participação popular de gestão das políticas e das comunidades onde vivem. Além disso, a educação deve pensar o desenvolvimento levando em conta os aspectos da diversidade, da situação histórica particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas, os anseios e necessidades dos que vivem no campo.

De acordo com Lima e Silva (2011), o debate sobre desenvolvimento sustentável nas escolas do campo passa pela desconstrução da ideia de desenvolvimento disseminada nos meios de comunicação, os quais distorcem a ideia de desenvolvimento e sustentabilidade e aumentam a dicotomia entre campo e cidade.

Dessa forma, o papel da escola do campo não é impor aos alunos modelos ou projetos de vida, mas conscientizá-los das diferenças, contradições e possibilidades que esses espaços oferecem, fornecendo-lhes conhecimentos e tecnologias que lhes permitam reinventar as formas de viver e produzir no campo, garantindo sustentabilidade e qualidade de vida.

4. PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NAS ESCOLAS DO CAMPO DE SUMÉ - PB

Uma das grandes questões que têm se colocado hoje diante da realidade ambiental em que vivemos é: o que pode ser feito para melhorar essa situação? Vários aspectos devem ser levados

em consideração, sendo um deles o aspecto educativo, sobretudo em se tratando de escolas camponesas.

Para Theodoro et al. (2009), a mudança mais acentuada e radical deve ocorrer na prática pedagógica, uma vez que existe um vazio pedagógico na Educação do Campo, já que são comumente trabalhados conteúdos inadequados à realidade; há professores cuja formação é discriminadora em relação ao meio rural e à lamentável prática do transporte escolar do campo para a cidade. Além disso, o autor ressalta ainda que uma das anomalias que a atual educação, quer seja no campo ou na cidade, cristalizou é a cisão teoria/prática.

Frente a essa realidade, tem se apresentado cada vez mais necessário o desenvolvimento de ações que promovam a agroecologia e a prática de uma educação não apenas situada no campo, mas, construída a partir das características sociais, políticas, econômicas e ambientais intrínsecas do campo (SOUZA et al. 2012).

Considerando-se que o campo é o espaço de moradia e trabalho, é importante trabalhar-se com uma educação emancipadora, a qual considera e valoriza as práticas de seus habitantes, já que, segundo Caporal (2009), a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística.

De acordo com Souza e Costa (2012), a proposta da Educação do Campo sugere o estabelecimento de um processo educativo considerando os conhecimentos camponeses e sua situação sociopolítica. Essa proposta prevê a valorização dos saberes camponeses, principalmente por sua íntima relação com o ambiente natural.

A Agroecologia, por sua vez, segundo Leff (2002), se funda nas experiências produtivas da agricultura ecológica, visando elaborar propostas divergentes ao modelo produtivo agroindustrial, buscando um modelo de agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável, colocando em pé de igualdade o conhecimento científico e os saberes locais gerados pelos agricultores.

Freire (1996) ressalta que o ensino deve ser realizado respeitando os saberes dos educandos, baseado no meio em que os mesmos estão inseridos; porém, nem sempre se vê na prática o ensino voltado à realidade dos alunos. Diante disso, percebe-se a importância em se realizarem práticas agroecológicas, sobretudo nas escolas do campo, uma vez que o meio em que os alunos estão inseridos favorece o ensino de tais práticas, promovendo uma efetiva aprendizagem por parte deles.

Dessa forma, através da pesquisa verificamos que a classe docente do campo no município de Sumé é composta por um quadro de 16 professores; destes, 50% dos professores são formados em Pedagogia e são polivalentes, ou seja, capazes de apropriar-se e de articular os conhecimentos básicos das diferentes áreas do conhecimento, as quais compõem atualmente a base comum do currículo nacional dos anos iniciais do ensino fundamental, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar (LIMA, 2007). Isso se deve ao fato de as escolas do campo serem multisseriadas, ou seja, aquelas que apresentam duas, três e até quatro séries diferentes para um único professor ao mesmo tempo e no mesmo espaço (DRUZIAN & MEURER, 2013), fornecendo ensino desde a Educação infantil ao 5º ano e não exigindo professores por área de conhecimento.

Quanto à percepção dos docentes no que se refere à Agroecologia e suas práticas, notou-se que estes apresentam certo conhecimento, embora de forma limitada. Entretanto, o fato de existir um câmpus da Universidade Federal de Campina Grande no município que contempla o curso Superior de Tecnologia em Agroecologia tem desempenhado um importante papel na difusão do conhecimento a respeito do referente curso, já que 56% dos entrevistados relataram ter tido acesso a informações sobre a área através do câmpus.

No que se refere ao currículo das escolas do campo, percebeu-se que as disciplinas trabalhadas que envolvem a temática são limitadas, como também o material didático utilizado apresenta conteúdo limitado; logo, as atividades desenvolvidas têm se restringido a isso, resumindo-se à produção de composto (adubo orgânico), que é o resultado final do processo de decomposição e reciclagem de materiais orgânicos (COOPER, 2010), e a hortas orgânicas com o uso de garrafas PET (fotos 1,2 e 3).

Foto 1 - Aula prática para construção de jardim suspenso com garrafas PET na escola Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira



Fonte: Arquivo da U.M.E.I.E.F. Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira.

Foto 2 - Aula de Campo sobre a Importância da Cobertura Morta para Proteção do Solo na Escola Rodolfo Santa Cruz



Fonte: Arquivo da U.M.E.I.E.F. Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira.

Foto 3- Aula prática sobre compostagem na escola Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira



Fonte: Arquivo da U.M.E.I.E.F. Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira.

Os professores mostraram-se cientes da importância de se trabalhar com práticas agroecológicas no processo de formação cidadã dos alunos, voltadas para a conscientização acerca de uma realidade sustentável e valorização do meio em que vivem. Com a realização da pesquisa, percebeu-se que os principais fatores que têm dificultado a realização das atividades são, principalmente, a falta de material e capacitações voltadas para essa temática com os professores, a falta de profissionais específicos nessa área nas escolas e a falta de conhecimento por parte da comunidade, o que dificulta a implantação de um modelo de vida mais sustentável baseado na realização de práticas agroecológicas.

Para os professores, o que poderia ser feito no intuito de melhorar o ensino voltado para a Agroecologia e a realização de práticas agroecológicas está vinculado ao fornecimento de material didático voltado especificamente para esse assunto, capacitações para os professores abordando essa temática e a inserção de profissionais da área nas escolas do campo, proporcionando maiores oportunidades para realização dessas práticas e um ensino com maior propriedade sobre o assunto.

Além disso, também foi sugerida a elaboração de uma proposta curricular para nortear as propostas pedagógicas, ou seja, criar um currículo para as escolas do campo do município, que contemple o ensino da Agroecologia para cada escola adequar esse currículo à sua proposta pedagógica de acordo com sua realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada acerca do ensino de práticas agroecológicas nas escolas do campo do município de Sumé - PB, percebeu-se que os professores têm conhecimento sobre o que é Agroecologia e algumas práticas relacionadas a essa área, embora esse conhecimento seja básico e as práticas realizadas nas escolas limitem-se à ele.

Notou-se também que, além do conhecimento limitado, a falta de materiais didáticos e outros recursos e o entendimento das pessoas da comunidade a respeito das práticas agroecológicas são considerados as principais dificuldades para a realização desse ensino nas escolas do campo. Porém, se as escolas dispusessem

de materiais como: livros, cordéis, gibis, vídeos, jogos, como também espaço adequado para a realização de atividades de práticas agroecológicas, esse estudo poderia se dar de maneira mais específica e complexa, além de tornar-se mais dinâmico e prazeroso, visto que se tratam de trabalhos realizados principalmente com crianças, tornando-os agentes multiplicadores dessa prática.

Consideramos que seria de grande valia a implementação, por parte da Secretaria de Educação do município, de uma grade curricular voltada para atender o ensino das práticas de Agroecologia dentro da proposta das escolas do campo. Além da inserção de um profissional capacitado para contribuir com o ensino dessa prática.

Sendo assim, é indispensável a criação de políticas que supram essas necessidades que as escolas campestres têm de ensinar e realizar práticas agroecológicas, valorizando o que já existe e contribuindo para o desenvolvimento sustentável local através de uma educação ambiental de qualidade nas escolas do campo.

6. REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ARROYO, M. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Caderno- Cedes, Campinas, v.27, n. 72, p. 157-176. Maio/agosto. 2007.

BERNARDES, M. B. J. et al. Educação Ambiental e Agroecologia nas Escolas do Campo. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**. Ituiutaba, v. 4, Special Issue 1, p. 436-447, jul./dez. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, 2010.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma

identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. 1 ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v. 1., 30 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

COOPER, M. et al. **Compostagem e reaproveitamento de resíduos orgânicos agroindustriais**: teórico e prático. Piracicaba: ESALQ. 2010. 35 p. Série Produtor Rural. Edição Especial.

DRUZIAN, F.; MEURER, A. C. Escolas do Campo multisseriada: experiência docente. **Revista Geografia, Ensino e Pesquisa**, vol.17, n. 2, maio/ago. 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, E. M. de. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 1, Porto Alegre, p. 36-51, jan./mar. 2002.

LIMA, E. de S.; SILVA, M. S. P. da. Currículo das escolas do campo: perspectivas de rupturas e inovação. In: LIMA, E. de S.; SILVA, A. M. da. **Diálogos sobre Educação do Campo**. Teresina: EDUFPI, 2011.

LIMA, V. M. M. **Formação do professor polivalente e os saberes docentes**: um estudo a partir de escolas públicas. 14/12/2007. P. 64. Tese (Doutorado em Educação) – USP. São Paulo. 2007.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PIRES, A. M. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, M. N. T. et al. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004, p. 48.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V (Org). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, M. S. Educação básica do campo: organização pedagógica das escolas do meio rural. In: BATISTA, M. do S. X. (Org). **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas da Educação do Campo**: pesquisas e práticas educativas. 1 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001, v.01, p. 303-316.

SILVA, M. S. **Educação do campo e desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história. 2004.

SOUZA, M. M. O. et al. **Agroecologia e educação do campo**: pesquisa, ação e reflexão a partir das escolas do campo do município de Goiás – GO. In: V Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste. 2012.

SOUZA, M. O. de.; COSTA, A. A. da. **Educação do Campo e Agroecologia: perspectivas a partir das escolas no/do campo do município de Goiás – GO**. Brazilian Geographical Journal:

Geosciences and Humanities research médium. Ituiutaba, v. 4, Special Issue 1, p. 351-373, jul./dez. 2013.

TEIXEIRA, J. M. **Manual para elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC)**. FAMA: Faculdade de Administração de Mariana. Mariana, 2010.

THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (Orgs). **Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

OS SABERES CONSTRUÍDOS PELOS SUJEITOS DA ESCOLA DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA PRODUÇÃO DO CORDEL NO ENSINO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Fabiano Custodio de Oliveira

Professor Doutor do Curso da Licenciatura em Educação do Campo - CDSA/UFCG. Coordenador do Subprojeto PIBID - Diversidade - Ciências Humanas e Sociais - CDSA/UFCG

Aline de Oliveira Barbosa

Licenciada em Educação do Campo na Área das Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.

Erivaldo Tiago de Siqueira

Licenciado em Educação do Campo na Área das Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.

Ednilton Silva Estendio

Aluno da Licenciatura em Educação do Campo na Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

UFCG - BIBLIOTECA

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa toma por base a trajetória do projeto PIBID¹ - DIVERSIDADE, na área das Ciências Humanas e Sociais, no qual vivenciamos várias experiências. Entre essas experiências a literatura de cordel, que foi utilizada como recurso didático ped-

¹ Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência.

agógico no ensino das Ciências Humanas e Sociais na contextualização das escolas do campo no município de Sumé - PB, especificamente na Escola José Bonifácio Barbosa de Andrade, localizada no distrito do Pio X.

O cordel evidencia o resgate da cultura pelos alunos e propõe-se como um recurso didático para estudo e compreensão do meio em que vivem. Assim, permite aos alunos expressarem criatividade e desenvolvimento do conhecimento adquirido dentro e fora da sala de aula, uma vez que os mesmos estão inseridos num contexto cultural com forte influência da poesia dos cantadores repentistas.

O cordel torna-se, desse modo, uma importante ferramenta para facilitar a aprendizagem e superar lacunas deixadas pelo ensino tradicional nessa escola. Apesar dos benefícios, não são todos os professores que estão preparados para aplicar o cordel de forma satisfatória, passando os mesmos a dependerem quase que exclusivamente dos recursos didáticos tradicionais, dificultando a aprendizagem dos alunos.

Dessa forma, esta pesquisa tem por objetivo relatar a experiência da produção do cordel no ensino das Ciências Humanas e Sociais, destacando o ensino de Geografia e História na Escola do Campo José Bonifácio Barbosa de Andrade, bem como sua contribuição no processo de ensino-aprendizagem.

O cordel no campo de estudo pode tornar-se um recurso didático a partir do qual os professores terão subsídios didáticos para trabalhar vários tipos de conteúdo, pois os conteúdos podem ser integrados aos objetivos que forem traçados. Ao mesmo tempo é uma oportunidade para que este ramo da literatura popular tenha uma chance de aceitação e valorização, fazendo despertar entre as pessoas o gosto pela preservação dos nossos artistas e da cultura nordestina que por sua maioria está sendo negada e esquecida.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Ensino de Geografia e História

O ensino das disciplinas Geografia e História surgiram inicialmente na Europa, diante de um contexto de transformações

ocorridas no século XVIII, em meio à luta da burguesia pela educação pública, fruto de um movimento que visava ao “interesse” pela educação, mas ao mesmo tempo tinha como objetivo a dominação dessa classe no campo educacional (SCHMIDT, 2010).

A instituição dessas disciplinas no ensino brasileiro só ocorreu entre o fim do século XIX e início do século XX, no Colégio Dom Pedro II, sobre várias formas de compreensão e estruturação de duas disciplinas que sempre se ativeram a descrever uma fantasiosa descoberta do Brasil, ditando Pedro Álvares Cabral como sendo o descobridor no ensino de História e descrevendo os elementos naturais (clima, relevo, solo, vegetação e hidrografia) no ensino de Geografia (PENTEADO, 2010).

Negou-se nos conteúdos dessas disciplinas que o Brasil foi tomado, invadido pelos portugueses, sendo afirmado o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, alimentando no imaginário dos alunos ideias pejorativas em relação aos negros, indígenas, populações que mais sofreram tendo que ser escravizadas, botadas para fora de suas terras e tidas muitas vezes como animais (SCMMIDT, 2009).

Persistiu até mesmo após a proclamação da república, nos programas curriculares, uma ideia de ensinar História eurocêntrica, como afirma SCMMIDT (2009, p. 12).

Mesmo após a Proclamação da República, a principal referência dos programas curriculares (1931, 1961) continuou sendo a história da Europa. Essa tendência foi criticada por historiadores brasileiros e considerada um dos grandes problemas da disciplina.

Os conteúdos do ensino de História que se ensinavam no Brasil objetivavam pela formação e constituição da nacionalidade, com os heróis que marcaram a história do país e conseqüentemente marcariam também o ensino de História nas escolas brasileiras, onde o ator principal era a pátria e nunca os sujeitos.

Já o ensino de Geografia estava muito mais ligado à descrição dos elementos naturais da paisagem, o que não possibilitava a compreensão da realidade onde se estava inserido. Dessa forma,

O saber geográfico era alheio ao aluno. Por essa razão, o ensino de Geografia esteve muitas vezes subjugado a patamares de menor importância. O aluno, e mesmo o professor, eram excluídos desse processo, elemento fundamental para a formação do indivíduo. (PONTUSCHKA, 2010, p.31).

A partir da lei nº 5.562/71, com a institucionalização do ensino dos estudos sociais nas escolas brasileiras, o ensino de Geografia e História ficaram restritos apenas ao antigo segundo grau, de forma que os conteúdos eram tradicionais e fragmentados e não apresentavam uma articulação dos seus saberes com o contexto do aluno (SCMMIDT, 2009).

Na década de 1980, o Ensino de Geografia e de História nas escolas do ensino fundamental tornou-se objeto de pesquisa e debates nas universidades, com inúmeros estudos, tornando-se um campo de pesquisa de teses, dissertações e publicações, como livros e artigos especializados (SOUZA, 2007).

De acordo com Souza (2007), o ensino de Geografia hoje não deve ser apenas realizado através da descrição dos elementos da natureza, ele deve estar voltado para a compreensão do espaço geográfico, das paisagens, lugares, territórios do meio ambiente, há uma diversidade de elementos a serem analisados no ensino de Geografia.

Há uma diversidade de questões a serem compreendidas dentro de um determinado território, o qual não é apenas composto de elementos da Geografia Física, mas que tem presente a Geografia Humana, muitas vezes deixada de lado por um motivo ou outro em meio à globalização. A Geografia:

Defronta-se, assim, com a tarefa de entender o espaço geográfico num contexto bastante complexo. O avanço das técnicas, a maior e mais acelerada circulação de mercadorias, homens e ideias distanciam os homens do tempo da natureza e provocam certo "encolhimento" do espaço de relação entre eles (SOUZA, 2007, p. 12).

Nesse contexto, segue a compreensão de que a Geografia não pode ser descritiva, mas crítica em meio ao que ocorre no espaço geográfico e com os que nele habitam, de modo a compreender, por exemplo, que habitação precária não diz respeito ao relevo,

mas a uma condição social criada no mundo moderno e muito mais presente na atualidade.

Não é suficiente falar como deve ser o ensino de Geografia hoje, sem falar na renovação do ensino para aqueles que serão os futuros professores (as) dessa ciência em que, segundo Pontuschka (2009), faz-se necessário uma formação permanente para a ampliação dos conhecimentos.

Já o ensino de História deve ser fruto de estudos e documentos escritos para reflexão e compreensão em oposição ao ensino tradicional, que estava organizado segundo as ideias e interesses de representantes da ditadura militar no Brasil, aos quais não interessava o ensino de uma História crítica e que levasse o cidadão à condição de ator de sua própria história. Na atualidade, os professores e alunos passam a ser considerados e percebidos como sujeitos dela, diante da reestruturação curricular para o ensino de História, com materiais que possibilitam o rompimento com o sistema tradicional adotado nas escolas brasileiras (SCHMIDT, 2010).

A partir do posicionamento de alguns críticos ao modelo tradicional de ensino, é que começam a surgir novos passos para um ensino de Geografia e História mais crítico e que não seja tão somente descritivo ou assistido, mas que venha a formar cidadãos que sejam sujeitos de sua própria história e possam escrevê-la, em vez de assistirem a uma história contada pelas concepções europeias acerca do mundo e do ser humano.

2.2. A Literatura de Cordel

De acordo com Prata (2011), o cordel surge na península ibérica, conhecido inicialmente como folheto de feira ou até mesmo romances de feira, literatura de cordão e atualmente é conhecido como literatura de cordel.

No Brasil o cordel escrito surge em Teixeira - PB, com a divulgação do primeiro folheto escrito por Leandro Gomes de Barros, nascido em Pombal. Daí a forte influência na poesia popular do Nordeste, especialmente em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, estados com maior presença de cordelistas no Brasil.

O ponto de partida da poesia popular nordestina data do ano de 1830, a partir dos primeiros divulgadores, como o poeta

Ugolino de Sabugi, dentre outros. O cordel que hoje conhecemos como livreto ou folheto teve início em meados de 1893 a 1900, tendo como os maiores divulgadores Leandro Gomes de Barros, filho natural de Pombal - PB; Silvino Pirauá, natural de Patos - PB, dentre outros grandes nomes que contribuíram para a perpetuação da literatura de cordel e a preservação da cultura.

De acordo com Prata (2011.p.18), é possível o ensino com auxílio do cordel.

Em 1970, o jornalista pernambucano Ivan Maurício interrogou Paulo Freire com a seguinte pergunta: Qual a melhor maneira de se memorizar uma informação? O grande educador Paulo Freire respondeu que "rimando e de preferência cantando!". Ele revelou que ninguém esquece versos ou músicas recitadas na infância e que a literatura de cordel e as músicas são excelentes formas de aprendizado que deveriam ser utilizadas na alfabetização de crianças e adultos.

Percebemos na resposta dada pelo educador Paulo Freire um forte elemento da poesia como ferramenta potencial para aprendizagem dos conteúdos da sala de aula e da vida, uma vez que, segundo o mesmo, precisamos ler não somente livros, mas a vida e o contexto no qual estamos inseridos.

A poesia pode ser construída em estilo livre e metrificado, o que é mais presente na poesia dos cantadores de Repente, os quais seguem uma combinação de métrica e rimas, combinações entre linhas e sílabas tônicas, a exemplo da seguinte estrofe, uma décima (estrofe de 10 versos):

Cenas da seca - João Batista Siqueira (canção)

Ao despertar a manhã a	Criadas nas ribanceiras c
Todo mundo só ouvia b	Ninguém via mais um fruto d
O lamento da acauã a	O vento varria a terra e
Perdida na serra b	E a cigarra na serra e
Entre as antigas fruteiras c	Não se calava um minuto d

A estrofe em dez linhas segue o estilo usado pelos cantadores de Repente, que combinam métrica e sonoridade rimando entre si. A 1ª e a 3ª, a 2ª e a 4ª, a 5ª e a 6ª, a 7ª e a 10ª, a 8ª e a 9ª.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Na nossa pesquisa foram utilizados os pressupostos da pesquisa qualitativa, através da Pesquisa-Ação. Segundo Thiollent (2007), a pesquisa-ação se dá de forma conjunta, em que o pesquisador pode participar da pesquisa e assim atribuir desenvolvimento profissional e transformações educativas dependendo dos sujeitos que estão envolvidos. Dessa forma, a pesquisa qualitativa, através da Pesquisa-Ação, foi realizada em 05 momentos: 1º Momento: Revisão dos conteúdos que estavam sendo estudados nas aulas de Ciências Humanas e Sociais, destacando o ensino de Geografia e História; 2º Momento: Foi realizada para os alunos uma aula expositiva dialogada, no intuito de explicar o que é o cordel, por que usar o cordel na sala de aula, e como se construir um cordel; 3º Momento: Trabalhamos de forma prática com os alunos na construção de algumas poesias em estilo livre; 4º Momento: Finalização do cordel e construção da capa do cordel; 5º Momento: Discussões realizadas com professores, coordenadores e alunos para saber o grau de aquisição do conhecimento através do processo da produção do cordel.

Portanto, esses momentos que utilizamos para realização da nossa Pesquisa-Ação nos proporcionaram um grande aprendizado, por estarmos envolvidos diretamente com os sujeitos, desenvolvendo assim um grande aprendizado com os mesmos.

4. RELATANDO A EXPERÊNCIA - CONSTRUINDO O CORDEL NA ESCOLA DO CAMPO NAS AULAS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA.

A turma do PROJÓVEM-CAMPO² – Saberes da Terra, atendida pelo PIBID – Diversidade, funcionava na Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Bonifá-

² O Projóvem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo.

cio Barbosa de Andrade, que está localizada no Distrito do Pio X (zona rural), Sumé/PB. A escola oferece Ensino Fundamental I (1º ao 5º), Ensino Fundamental II (6º ao 9º), em turno integral, e Educação de Jovens e Adultos através do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra, perfazendo um total de 150 educandos, todos residentes no Distrito Pio X e nas comunidades do entorno. A escola apresenta uma infraestrutura modelo padrão nacional das escolas do campo.

A turma era formada por (16) dezesseis educandos, sendo (12) doze mulheres e (04) quatro homens, com faixa etária entre 18 e 29 anos de idade; todos são agricultores familiares, que trabalham no campo e visam como objetivo concluir o ensino fundamental e adquirir a qualificação social e profissional no campo com saberes da terra.

A ação desenvolveu-se durante cinco encontros, utilizando os seguintes recursos didáticos: texto impresso, notebook, papel ofício, exibição de material em slides e áudio visual de poemas, finalizando a atividade com a construção de poesias, nas quais os alunos expressam sentimentos, conhecimentos da oralidade, da geografia e da cultura da comunidade, relembRANDO também histórias que relatam como era sua comunidade.

No 1º Momento foi realizada a revisão dos conteúdos que estavam sendo estudados nas aulas de Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, foi realizado um grupo de estudo na Universidade/CDSA/UFCEG, em que utilizamos várias referências de autores que abordavam o que estava sendo discutido na sala de aula, e principalmente buscando autores e fontes relacionados ao cordel, para assim podermos levar para sala de aula a definição: o que é cordel? Por que o cordel é importante? Como surgiu o cordel? e várias outras questões sobre esse gênero textual. Depois dessa pesquisa na universidade, fomos para a sala de aula e iniciamos a revisão dos conteúdos que já vinham sendo trabalhados em sala de aula.

Foto 1- Reunião de planejamento



Foto 2- Revisão dos conteúdos



Fonte: Atividade de Campo.

O 2º Momento foi realizado para os alunos através de uma aula expositiva dialogada, no intuito de explicar o que é o cordel, por que usar o cordel na sala de aula, e como se construir um cordel. Essa aula foi de extrema importância, pois não se pode trabalhar esse gênero textual sem antes conhecê-lo.

Foto 3- Aula expositiva e dialogada



Foto 4- Aula expositiva e dialogada



Fonte: Atividade de Campo.

No 3º Momento trabalhamos de forma prática: a construção de algumas poesias em estilo livre, em que os próprios alunos produziram os versos, com relação à sabedoria popular, que era o tema abordado em sala de aula na ocasião.

Nesse momento os alunos, de início, ficaram inseguros, pois os mesmos relatavam que não conseguiam fazer versos porque isso era

um “dom” e eles não o tinham”. Entretanto, para se quebrar esse tabu, produzimos em conjunto um verso na lousa, e a partir daí os alunos se inspiraram e começaram a produzir seus versos em estilo livre.

A seguir alguns versos construídos pelos alunos:

Cariri paraibano
Lugar onde nasci
Foi aqui que me criei
Viagem de norte a sul
De você não esquecerei.

Foto 5 - Construção coletiva dos versos

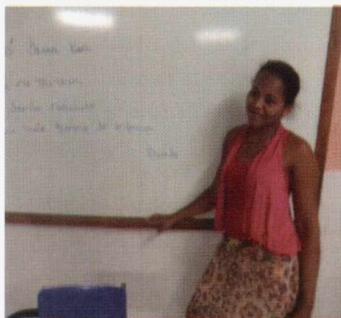


Foto 6 - Socialização dos versos



Fonte: Atividade de Campo.

Na estrofe anterior às fotos, a aluna demonstra sua trajetória de vida; ela, como muitos de seus colegas, teve que viajar em busca de uma qualidade de vida melhor, destacando que nosso lugar é difícil e às vezes a única solução é sair para outras cidades (migrações). A própria aluna relata que “Muitos viajam e acabam refazendo a sua vida em outro lugar, mas nunca esquecem o seu pedacinho de chão, seus valores, nossa gente”.

Quando falo em Bananeira
Não posso deixar de falar
Da nossa banda de pífanos
Que enriquece o lugar.

O que alegra essa gente
É sempre escutar um som
Chamado o trio feras
Pra dançar forró do bom.

Essas estrofes revelam a cultura do lugar, quando falam da banda de pífanos, a qual dá visibilidade à comunidade, pois é uma tradição de muitas gerações e é passada de pai para filhos. Ao mesmo tempo revela a identidade da cultura do forró, que é muito forte na comunidade, e os eventos que marcam esse lugar são justamente os famosos “forró”. Um aluno falou que “Viajava para trabalhar no Sul do país ... e uma das coisas que mais eu sentia falta era o forró daqui, quando estava lá eu passava o ano inteiro me preparando para vim passar as férias no mês de junho aqui na Paraíba, porque aqui só tem graça no mês de junho, que é quando têm os forró e o povo que moram em outras cidades estão todos aqui, é um momento de reencontro”. Na estrofe seguinte, o aluno escreveu...

As rochas sensacionais
Que por pedras conhecemos
Representando os saberes
Populares que aprendemos
Nossa terra tem grandeza
Zelar sempre a natureza
É isso que pretendemos.

Geografia faz parte
Da região que habitamos
Costumes da nossa gente
Através do tempo herdamos
Conhecimentos gerais
E os fenômenos naturais
Do espaço que estamos.

Nesses versos se percebe o conhecimento de algumas disciplinas específicas, como no caso da Geografia, quando cita o espaço geográfico, a exemplo das rochas e dos fenômenos naturais. Também a História, quando fala nos costumes herdados pelo tempo.

Umburana de cheiro
Serve para sinusite
Cebola branca serenada
Para curar a bronquite.

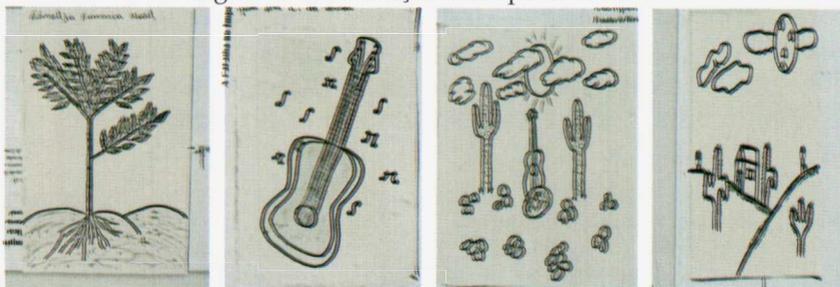
Bananeira lugar bom
Lugar calmo pra ficar
Que agora tem escola
Pra meu filho estudar

É perceptível nessas estrofes que uma aluna escreveu as características da identidade local onde a mesma nasceu e foi criada, além disso, se observam os saberes populares passados de geração em geração, quando ela cita o uso das plantas medicinais.

O 4º Momento foi a finalização do cordel, com a construção da capa, em que os alunos deram continuidade à produção dos versos. Na ocasião, estiveram presentes alguns alunos que não assistiram à aula com as exposições sobre a literatura de cordel;

porém, como todo nordestino é criativo, isso não foi um problema, pois os mesmos produziram os versos sem nenhum erro. Todos tiraram dúvidas e assim finalizaram os versos. Depois dos versos finalizados, fizemos então a produção da capa do cordel, a qual era de escolha conjunta da turma, mas com elementos que representassem sua comunidade.

Figura 1- Construção da capa do cordel



Fonte: Atividade de Campo

Figura 2 – Cordeis Produzidos



Fonte: Atividade de Campo

Por fim, no 5º Momento foi realizada uma discussão com professores, coordenadores e alunos para saber o grau de aquisição do conhecimento através do cordel. Nesse momento fizemos o levantamento dos conteúdos que tinham surgido nos versos e vimos que realmente os alunos conseguiram expressar o conhecimento em forma de cordel.

Foto 8 - Socialização do Trabalho



Fonte: Atividade de Campo

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Pesquisa - Ação foi de grande importância para se compreender o ensino das Ciências Humanas e Sociais, destacando o ensino de Geografia e da História através da produção do cordel nas escolas do campo. Além de ter sido bastante relevante para os alunos em termos de aprendizagem, a professora regente da turma ganhou mais um recurso didático eficaz, a ser utilizado pelos professores em sala.

Os alunos necessitam de metodologias e recursos inovadores, pois a forma tradicional da memorização não condiz com atual realidade da informatização e globalização, a qual detém inúmeros atrativos a esses jovens e adultos. Apesar de a Literatura de Cordel não ser algo novo, para os alunos que nunca tinham lido ou construído a literatura foi um incentivo ao reconhecimento da cultura e à percepção das disciplinas trabalhadas.

Percebe-se que a atividade realizada foi relevante para aprendizagem dos alunos no ensino de Geografia e História, pois os mesmos desenvolveram, por meio do cordel em sala de aula, uma melhor compreensão dos conteúdos, expressando em estrofes um pouco dos conhecimentos populares e dos conceitos geográficos e históricos, revelando sua identidade e sentimento de pertença com a comunidade em que os mesmos habitam.

Os alunos revelaram em versos o que muitas vezes não o fazem oralmente, dialogando, de forma extrovertida e até intui-

tiva, sobre costumes da comunidade, conhecimentos e crenças populares, cultura e resistência.

Em nossa percepção, houve um maior interesse por parte dos alunos com relação aos conteúdos, após as possibilidades oferecidas pela literatura de cordel. Se para eles era difícil a princípio, através do diálogo e da construção conjunta de uma poesia na lousa, todos perceberam que a poesia tida para alguns como dom, para outros ficou claro que trata-se apenas de uma vivência.

Assim, como resultado final, os versos construídos pelos alunos compõem um cordel que caracteriza a sua comunidade com o que é comum e peculiar com relação à mesma.

6. REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G; CALDART, R.S; MOLINA, M. C. (Org). **Por uma educação do campo**. 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CALDART, R. S. Ser educador do povo do campo. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. 2. ed. Brasília: UnB, 2002. V. 4. 136 p. (Educação do Campo).

CARLOS, Ana F. A. **A geografia na sala de aula**. 8ºed. São Paulo: Contexto, 2006.

CASTROGIOVANNI, Antônio (Org). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 2º ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREITAS, Nacelica Barbosa et al. Relação campo - cidade: o ensino de geografia e as especificidades do semiárido. In:__. **Caderno multidisciplinar - Educação e contexto do Semiárido: múltiplos espaços para o exercício da contextualização**. V1 - Juazeiro/BA: selo editorial RESAB, 2009. P 105 - 118.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semiárido**. In: RESAB. Educação para a convivência com o Semiárido Brasileiro – Reflexões teóricas – práticas da RESAB. Juazeiro – BA: Secretaria Executiva da RESAB, 2006. P. 115-146.

SIQUEIRA, João Batista de (Canção), 1912-1982. Musa Sertaneja. 2. ed. ; **Flores do Pajeú**. 2. ed ; Meu Lugarejo. Ed. Poemas inéditos / João Batista de Siqueira (cancão). Recife: Cepe, 2013.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTUSCHA, N. N; OLIVEIRA, A. U. (org). **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTUSCHKA, N. N; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Prata, Arysttótenes da Silva. **Literatura de cordel e sala de aula: A cultura popular como caminho para a educação contextualizada no Cariri Ocidental paraibano** / – Sumé – PB, 2011.

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos e KAERCHER, Nestor André (Orgs). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SCMMIDT, MARIA Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História** – 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SOUZA, Lana Cavalcante de. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas – SP: Papirus, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

A GESTÃO AMBIENTAL E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE O NÍVEL DE INVESTIMENTOS DE MUNICÍPIOS DO CARIRI PARAIBANO

Allan Gustavo Freire da Silva
Professor Assistente - UFCG/CDSA

Luiz Antonio Coêlho da Silva
Professor Adjunto - UFCG/CDSA

Kelly Cristina Costa Soares
Professora Adjunta - UFCG/CDSA

Gilvan Dias de Lima Filho
Professor Adjunto - UFCG/CDSA

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

1. INTRODUÇÃO

Partindo de uma consideração sistêmica, integrada e cíclica do meio ambiente e de seus recursos, os estudos sobre as questões ambientais têm ganhado atenção especial no meio acadêmico. Sobre essa temática, somam-se as dinâmicas de crescimento demográfico, os desafios inerentes a esse processo, além das diversas perspectivas de administração ambiental e escolha de políticas fomentadas e aplicadas pelos governos federal, estadual e municipal.

A gestão ambiental pode ser entendida como uma relação integrada de planejamento, organização, a qual orienta as instituições a alcançar metas [ambientais] específicas. Nas organizações a gestão ambiental pode se tornar também um importante instru-

mento no tocante às suas relações com empresas, a sociedade, e agências governamentais (NILSSON, 1998 *apud* CORAZZA, 2003).

A gestão ambiental traspassa a noção de integrada aplicação de políticas públicas e educação ambiental, a qual visa possibilitar a introspecção da importância do homem sobre o meio ambiente e de práticas que contribuam para a manutenção e preservação dos recursos naturais. Barata; Kligerman; Minayo-Gomes (2007) argumentam que no setor público, o conjunto de ações governamentais se torna responsável pelo desempenho ambiental na busca por ecoeficiência e pela redução de riscos financeiros provenientes de externalidades ambientais negativas, intrínsecas às atividades realizadas.

Nesse arcabouço teórico, visando à prática da gestão ambiental, a administração pública tem descentralizado ações, planejado e elaborado políticas a serem desenvolvidas, levando em consideração as especificidades de cada região brasileira. Tomando como exemplo a gestão pública-orçamentária, cada particularidade da gestão ambiental tem sido classificada pelo governo nas seguintes rubricas: Preservação e Conservação Ambiental; Controle Ambiental; Recuperação de Áreas Degradadas; Recursos Hídricos; e Meteorologia.

Inseridos de forma central nessa discussão, os municípios brasileiros ganham destaque especial, uma vez que passam a serem vistos como peças fundamentais, atores protagonistas no processo de gestão ambiental. Diante desse entendimento, recursos financeiros passam a ser destinados pelo governo federal e estadual, bem como demandados da própria base orçamentária dos municípios brasileiros para as demandas e manutenção da gestão ambiental.

No entanto, temas como saúde, segurança e educação, ainda imperam nas campanhas e agendas de governo. Esse comportamento, muitas vezes, passa a ser chancelado pela população, a qual não dispõe de serviços públicos eficazes nas mais diversas áreas, e não veem a gestão ambiental como uma prioridade a ser seguida pelos governantes.

Assim, a região nordeste apresenta específicas necessidades ante as questões ambientais. Tais demandas são ainda impelidas, sobretudo, por baixos níveis de recursos públicos à área ambien-

tal, ausência de saneamento básico em seus municípios, somadas ainda aos processos de desmatamento, assoreamento de rios e desertificação de áreas. Considerando a região semiárida nordestina, Ramalho (2013) esclarece que tais problemas têm sido atribuídos a uma série de causas, que, além da climática e da exploração do homem sobre a vegetação da caatinga, abrange o pouco caso da administração pública, para investir na região, fazendo com que a solução desses problemas sejam adiadas por mais de um século.

O estado da Paraíba, por sua vez, apesar de ser beneficiário de recursos públicos e privados, destinados às questões ambientais de seus municípios, ainda apresenta intensas fragilidades na gestão de recursos ambientais, não apresentando considerável êxito em suas práticas e políticas de preservação, conservação e gestão dos recursos naturais.

A partir da análise dos dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN propõe-se nesse estudo, realizar uma análise pormenorizada sobre os investimentos recebidos e realizados por 17 municípios localizados no cariri paraibano, no tocante à gestão ambiental. Tal análise visa apresentar um diagnóstico sobre qual medida estão dispostos esses municípios no compromisso com as questões relativas ao meio ambiente e seus desafios. Busca-se ainda nesse artigo, apresentar uma discussão que seja capaz de relacionar a efetividade de recursos financeiros destinados à gestão ambiental, o número de habitantes, renda per capita e seus indicadores de desenvolvimento humano municipal.

O encadeamento da pesquisa intenta apresentar a situação de repasses e investimentos, realizados por municípios do cariri paraibano, nas mais variadas subfunções da gestão ambiental, além de discutir aspectos positivos e negativos sobre o papel destes municípios na promoção e efetivação de medidas que fomentem melhores condições de vida aos seus habitantes.

2. METODOLOGIA

A pesquisa estrutura-se a partir da coleta e análise de relatórios contábeis anuais, submetidos pelos municípios brasileiros à Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Para análise e discussão dos dados, esse artigo direcionou-se em analisar as dinâmicas

de gestão público-orçamentária em 17 municípios localizados na microrregião do cariri paraibano ocidental, a citar: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá, e Zabelê.

Para efetivação da pesquisa, analisaram-se os relatórios contábeis dos municípios supracitados, salientando a aplicação de recursos financeiros na área da gestão ambiental, considerando a faixa temporal de 2005 a 2012. O alongamento da avaliação dos relatórios não foi possível, tendo em vista os prazos de submissão dos relatórios pelos municípios e a indisponibilidade de informações contábeis para os anos posteriores.

Por meio de exames sobre os relatórios contábeis municipais, foi possível avaliar a ausência ou os efetivos índices de investimento nas rubricas de preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas, recursos hídricos e meteorologia.

A avaliação de sobre o nível de investimentos em municípios do cariri paraibano, demonstram ainda a urgência das questões ambientais e a necessidade de solução urgente. Pois, assuntos e políticas voltadas ao meio ambiente, correm o risco de não serem atendidos pelos gestores públicos no curso de seus mandatos, quicá nem recebam a devida atenção dos governantes.

Em relação à realidade do cariri paraibano, um dos grandes desafios governamentais, deve-se à possibilidade de viabilizar políticas públicas para promover o desenvolvimento dos municípios, dinamizando as potencialidades para ascensão do espaço urbano em consonância com novas condições para a área rural, criando meios para convivência no semiárido e oportunizando a conservação do homem no campo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o aumento do número de pessoas que passam a residir nos municípios brasileiros, cresce a necessidades de políticas que atentem às novas demandas sociais e ao desenvolvimento local. Assim, ao mesmo tempo em que governos são estimulados a di-

recionar e ampliar demandas intensifica-se a necessidade de ações governamentais que considerem o desenvolvimento sustentável e as demandas ambientais de cada região.

Sobre a temática do desenvolvimento sustentável, dentre as variadas interpretações, merece destaque o conceito amplamente disseminado na literatura, considerando “o não esgotamento daqueles recursos naturais que são necessários para as gerações atuais e que, imagina-se, serão necessários para as gerações futuras” (FRANCO, 2001, p. 45).

Diante da complexidade de interesses que envolvem as relações sociais, a gestão pública surge como importante ente formulador de políticas que tenham a capacidade de transformar realidades sociais, buscando viabilizar ações que promovam a educação ambiental e a proteção dos recursos naturais. Sob esse cenário de demandas, Goes & Morales (2013) afirmam que as estratégias de desenvolvimento urbano passam a ser direcionadas à discussão de um modelo de desenvolvimento que agregue a promoção econômica junto com a preservação e conservação ambiental e a participação social.

A importância sobre a discussão e ações que considerem o meio ambiente, é salientada por Cavalcanti (1995, p.89) ao destacar que “nenhuma atividade humana que se pretenda duradoura pode ser levada a efeito desconhecendo-se o impacto que tem sobre o meio ambiente”. Inseridos no contexto de formulação, execução e análise de políticas públicas, torna-se essencial analisar quais os impactos das escolhas governamentais, suas prioridades e seus planos de governo. No entanto, a atuação da administração pública nos municípios brasileiro, pouco considera os impactos e a relevância que a gestão pode ter sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, ao valorizar a educação Sachs (2008, p. 39) constata que:

A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido da autonomia, bem como a autoconfiança e a autoestima.

Pondera-se, portanto, que a educação possui um lugar de destaque no que se refere a processos de desenvolvimento, visto que ela é capaz trazer à luz novas ideias, encadeamentos e explicações para a realidade e seus fatos, além de trazer a autonomia e emancipação dos atores sociais.

Silva (2011) salienta que no Brasil, existe um substancial número de municípios que sequer possuem alguma estrutura organizacional que contemple a discussão de questões ambientais, e muito menos sobre setores específicos que tratem do tema e de seus desdobramentos, como a questão da reciclagem, preservação ambiental e educação ambiental. Dentre os 29 municípios que compõem o cariri paraibano, 19 não possuem um órgão específico que trate de assuntos ambientais.

A criação de espaços específicos voltados às discussões sobre as questões ambientais constitui-se como condição fundamental ao amadurecimento de questões e à formulação de políticas eficazes na esfera municipal. Desse entendimento, vale ressaltar a importância expressa na Constituição Federal Brasileira de 1988 sobre a responsabilidade coletiva da União, Estados, Municípios e Distrito Federal no tocante às matérias ligadas ao meio ambiente e sua proteção.

Tendo em vista a determinação legal registrada na carta magna brasileira de 1988, Ferreira (2006, p. 33) evidencia que:

O processo de gestão ambiental considera muitas variáveis de um processo de gestão, por exemplo, o estabelecimento de políticas, planejamento, um plano de ação, reserva de recursos, determinação de responsabilidades, decisão, coordenação, controle, entre outros. Visando principalmente ao desenvolvimento sustentável.

Para a consistente execução da gestão ambiental nos municípios brasileiros, sobretudo, aqueles localizados na região do cariri paraibano, observa-se que o processo de administração das questões ambientais necessita de intenso planejamento, definição de responsabilidades, além de controle e monitoramento efetivo dos indicadores ligados ao desenvolvimento sustentável.

Nesse ponto, vale destacar que os problemas da má admi-

nistração pública no Brasil, podem ocorrer em decorrência da ausência de profissionais qualificados para executar eficazes políticas públicas na região e da ausência de uma cultura administrativa-organizacional, de se avaliar os resultados das políticas executadas pelos governos.

Instrumentos gerenciais legalmente instituídos e direcionados ao cumprimento de metas e objetivos da administração pública, como o Plano Plurianual (PPA), e o Plano Diretor, compõem as ferramentas disponíveis aos gestores públicos e à sociedade para que de forma integrada seja elaborada a agenda municipal de ações e propostas nas diversas áreas sociais, econômicas e ambientais.

Corrêa et al. (2010) assevera que o Plano Diretor é parte do processo de planejamento municipal, e deve ser o norteador dos Planos Plurianuais (PPA) de investimentos dos governos locais, e da Lei de Diretrizes Orçamentária, o qual deve envolver a participação da sociedade em seus processos decisórios. Trata-se, portanto, de um instrumento que possui em seu cerne a interação de comunidades e governos, visando a elaboração de estratégias e políticas que permeiem sua execução e ampliem a qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

Barata; Kligerman; Minayo-Gomes (2007) destacam que as empresas e instituições do setor público, deveriam ser as primeiras a implantarem um sistema eficiente de gestão ambiental. Pois, além dos fatores sociais associados à preservação ambiental e à saúde da população, somam-se ainda os efeitos da melhor utilização de recursos públicos, pautados na racionalização das decisões e na análise de custo e benefício das medidas a serem implementadas, tendo como base estrutural do processo decisório, a visão do bem coletivo.

Sobre o arcabouço dessas questões a gestão ambiental passa a ocupar o bojo da discussão inerente ao planejamento, execução e avaliação de políticas públicas implantadas nos municípios, incorporando ainda ao debate, a discricionariedade administrativa e suas ações prioritárias, a transformadora capacidade da educação ambiental, além da periodicidade de ações e do nível de investimentos em questões ambientais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados apresentados nos balanços contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, os investimentos da seção da gestão ambiental se estruturam em subfunções. Assim, considerando os relatórios dos 17 municípios do cariri paraibano que foram submetidos ao STN, tem-se o conjunto de investimentos realizados entre os anos de 2005 a 2012, no que tange à seção de preservação e conservação ambiental, conforme expresso no Quadro 1.

Observa-se que dos municípios avaliados, para o período avaliado, é baixa a participação em investimentos destinados à preservação e conservação ambiental. A ausência de atuação financeira sobre a temática incide sob o maior número dos municípios do cariri paraibano, tendo ainda uma maior escassez de investimentos entre o período de 2005 a 2009. Os poucos investimentos realizados por municípios do cariri concentraram-se em sua maioria, entre os anos de 2010 a 2012, período em que Monteiro, Prata, São João do Tigre e Serra Branca, registraram em seus balanços contábeis aplicações financeiras nessa seção.

Destaca-se ainda a variação de valores investidos dentre os municípios avaliados. O município de Monteiro, por sua vez, foi o que apresentou maior montante financeiro aplicado na área de preservação e conservação ambiental. Tais medidas focalizadas, podem ter sido ainda, incentivadas por políticas hídricas e ambientais, dirigidas pelo Governo Federal adjudicadas à contrapartidas locais, como por exemplo, a política de transposição do Rio São Francisco, cujas ações, em sua base estruturante, abarcam o município de Monteiro, o qual necessitou adequar-se a diversas exigências ambientais e legais para receber as águas do Rio São Francisco em seu território.

No entanto, excetuando o município de Monteiro, tendo em vista os possíveis processos e recursos inerentes às políticas de transposição do Rio São Francisco, bem como os valores aplicados entre o ano de 2010 a 2012 naquela região, cuja soma aponta R\$ 1.917.201,72, para os demais municípios, os baixos investimentos nesse quesito não apresentam um fio argumentativo condutor capaz de obter relação proporcional entre o porte dos municípios -

considerando aspectos geográficos, demográficos e financeiros - e os valores investidos no período avaliado, uma vez que, a exemplo dos municípios investigados, Sumé, Serra Branca, Prata, Camalaú e Taperoá, tiveram baixos ou ausentes índices de investimentos.

Quadro 1 - Preservação e Conservação Ambiental, em Reais (R\$)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Amparo								
Assunção								
Camalaú								
Congo								
Coxixola								
Livramento								
Monteiro						482.672,30	614.702,40	819.827,02
Ouro Velho								
Parari								
Prata						13.983,55	17.960,00	133.844,77
São João do Tigre	7.983,00					14.070,46	219,00	1.567,07
São José dos Cordeiros								
São Sebastião do Umbuzeiro								
Serra Branca		5.000,00					1.066,30	22.069,34
Sumé								
Taperoá								
Zabelé								

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados coletados pela Secretaria do Tesouro Nacional, (2017).

No que se refere aos dados do Quadro 2, sobre os valores aplicados ao controle ambiental nos municípios, observa-se a escassez de investimentos para o período avaliado, como também a alternância de municípios que destinaram algum montante financeiro à seção do controle ambiental. Vale salientar ainda, que Monteiro, apesar ter investido recursos no ano de 2010, destinou R\$482.672,30 às ações vol-

BIBLIOTECA

tadas à esta seção. Sumé, Ouro Velho e Livramento, passam, de forma pontual a compor o quadro de valores aplicados pelo município às questões de controle ambiental.

Tal discussão referente aos minguados recursos nessa subseção da gestão ambiental possibilita reportar essa análise para a capacidade discricionária de cada gestor público, os quais de forma repetida, para o período avaliado, demonstram que as questões de controle ambiental não têm assumido níveis prioritários em seus governos. Os temas como saúde, segurança e educação, ainda permanecem no centro das discussões de governos e retém a atenção de grande parte da população, em relação aos processos e políticas que envolvem a administração pública.

Quadro 2 - Controle Ambiental, em Reais (R\$)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Amparo								
Assunção								
Camalaú								
Congo								
Coxixola								
Livramento		3.602,00				210,22	1.919,43	33.741,12
Monteiro						482.672,30		
Ouro Velho		2.160,00						
Parari								
Prata								
São João do Tigre								
São José dos Cordeiros								
São Sebastião do Umbuzeiro								
Serra Branca		5.000,00						
Sumé					432,00			
Taperoá								
Zabelê								

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados coletados pela Secretaria do Tesouro Nacional, (2017).

No que diz respeito à gestão ambiental, subárea presente nos relatórios contábeis anuais dos municípios e voltada à questões atinentes aos recursos hídricos, assumiu a maior parcela de recursos financeiros, tendo ainda a participação e envolvimento de um número maior de municípios que investiram valores entre o período de 2005 a 2012, conforme expresso no Quadro 3.

Ao analisar os dados, observa-se que o município de Monteiro, apesar de não ter realizado investimentos de 2005 a 2011, registrou um vultoso investimento nesse quesito no ano de 2012, no valor de R\$1.187.176,48. Tal comportamento da administração pública local reitera a possibilidade de crescentes demandas, diferentes dinâmicas e projetos de políticas públicas enfrentados por esse município em 2012.

Mesmo de forma alternada e inconstante, municípios como Prata e Ouro Velho mais uma vez mantiveram a aplicação de recursos anuais na área da gestão ambiental, destinando-os, especificamente, às questões atinentes a recursos hídricos.

Sobre os municípios avaliados, percebe-se que não há uma constância de aplicações, tampouco uma padronização de seus valores. Enquanto que o município da Prata destinou recursos financeiros de R\$80.000,00 em 2006 e 2009, investiu apenas R\$8.450,00 em 2011, e chegou a R\$163.871,30 em 2012. O município de Sumé, por sua vez, para o período avaliado, realizou apenas um único investimento em 2009, no valor de R\$432,00.

Na análise dos valores destinados aos recursos hídricos, os municípios de Taperoá e Zabelê ganham destaque ao apresentarem diversas séries de investimentos, especialmente, Taperoá que gradativamente, a partir de 2009, intensificou os valores nessa subfunção, chegando a R\$322.530,93 em 2012.

Nesse contexto, a inconstância de investimentos, manutenção e controle dos aspectos que envolvem a gestão ambiental, surgem como possíveis óbices à continuação de programas, à reestruturação de áreas, ao fortalecimento econômico-social e ao desenvolvimento da qualidade vida da população.

Quadro 3 - Recursos Hídricos, em Reais (R\$)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Amparo								
Assunção								
Camalaú								
Congo								
Coxixola								44.557,58
Livramento								
Monteiro								1.187.176,48
Ouro Velho			3.780,00	5.080,00		60.092,62	223.524,12	55.635,21
Parari				144.562,60				
Prata		80.000,00			80.000,00		8.450,00	163.871,30
São João do Tigre								
São José dos Cordeiros								
São Sebastião do Umbuzeiro								
Serra Branca		26.341,90						
Sumé					432,00			
Taperoá					92.803,57	450.601,09	472.088,78	322.530,93
Zabelê	16.336,00	1.960,00	15.337,88	46.997,97	5.160,00		30.304,40	189.819,75

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados coletados pela Secretaria do Tesouro Nacional, (2017).

Consta no Quadro 4 a subfunção da gestão ambiental, referente às demais funções voltadas às políticas e ações cujo foco seja o meio ambiente. Nessa seção, é indicado investimentos diversos à preservação e conservação ambiental, controle ambiental, recursos hídricos. Aplica-se a essa análise, investimentos pontuais, identificados pelo município como de cunho ambiental, mas, que não tenham uma constância em seus processos ou ainda que dada a natureza das ações, não se apliquem unicamente às outras subfunções - classificações - apresentadas.

Atentando sobre as informações registradas no Quadro 4, observa-se que apenas os municípios de Parari e Taperoá utilizaram-se dessa classificação orçamentária-contábil para registrar alguma

pontual ação ligada ao meio ambiente, mas, que não estavam, sobretudo, inseridas em macro políticas de preservação, conservação ou controle do meio ambiente.

Como análise, vale ainda enfatizar que é baixa a incidência e participação dos municípios do cariri paraibano quanto à execução de medidas que busquem atenuar efeitos de desgaste ambiental na região, a citar: o assoreamento de rios, processos de desertificação, queimadas e a gestão dos resíduos sólidos nestes municípios.

Quadro 4 - Demais Funções - Gestão Ambiental, em Reais (R\$)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Amparo								
Assunção								
Camalaú								
Congo								
Coxixola								
Livramento								
Monteiro								
Ouro Velho								
Parari								176.355,00
Prata								
São João do Tigre								
São José dos Cordeiros								
São Sebastião do Umbuzeiro								
Serra Branca								
Sumé								
Taperoá								156,00
Zabelê								

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados coletados pela Secretaria do Tesouro Nacional, (2017).

De forma compilada, analisando o Quadro 5, com informações gerais sobre cada seção apresentada, verifica-se que para o período avaliado, houveram seis municípios do cariri paraibano que em nada aplicaram seus recursos nas questões ambientais. Vale esclarecer que

tal comportamento não apresenta relação com o porte financeiro ou demográfico do município, uma vez que municípios menores priorizaram investimentos na área da gestão ambiental, e contrariamente, com outros com capacidades diversas, não deram prioridade à temática.

Em nível de investimentos, para o período avaliado, mesmo considerando as inconstâncias temporais de valores aplicados, destacaram-se os municípios de Monteiro, com o montante investido de R\$3.104.378,20, Ouro Velho com R\$350.271,95, Prata com R\$498.109,62, Taperoá com R\$1.338.024,37. Sumé, por sua vez, aplicou apenas R\$ 432,00 reais em 2009.

Quadro 5 - Valores em Reais (R\$) investidos em Gestão Ambiental em municípios do Cariri Paraibano: Preservação e Conservação Ambiental; Controle Ambiental; Recuperação de Áreas Degradadas; Recursos Hídricos; Meteorologia

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Amparo								
Assunção								
Camalaú								
Congo								
Coxixola								44.557,58
Livramento		3.602,00				210,22	1.919,43	33.741,12
Monteiro						482.672,30	614.702,40	2.007.003,50
Ouro Velho		2.160,00	3.780,00	5.080,00		60.092,62	223.524,12	55.635,21
Parari				144.562,60				176.355,00
Prata		80.000,00			80.000,00	13.983,55	26.410,00	297.716,07
São João do Tigre	7.983,00					14.070,46	219,00	1.567,07
São José dos Cordeiros								
São Sebastião do Umbuzeiro								
Serra Branca		31.341,90					1.066,30	22.069,34
Sumé					432,00			
Taperoá					92.803,57	450.601,09	472.088,78	322.530,93
Zabelê	16.336,00	1.960,00	15.337,88	46.997,97	5.160,00		30.304,40	189.819,75

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados coletados pela Secretaria do Tesouro Nacional, (2017).

De acordo com a sequência de classificação da seção Gestão Ambiental nos relatórios contábeis anuais enviados pelos municípios do cariri paraibano à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, não houve registros de investimentos financeiros na subseção de Meteorologia. Nesse cenário, observa-se a restrição orçamentária dos municípios, o foco de prioridades elencadas por cada gestor público, somando-se ainda às pressões e aprovações populares. Esse conjunto situacional possui a capacidade de cancelar formas e estilos de governos, cujas atenções administrativas não se debruçam sobre diversas áreas, especialmente, aquelas ligadas às questões ambientais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ensejo da discussão constata-se a necessidade de maior atenção dos municípios localizados no cariri ocidental paraibano no que se refere aos investimentos em toda a área da gestão ambiental. A ampla diversidade da caatinga, vegetação existente na região, demanda esforços governamentais para sua proteção e ampliação da qualidade de vida da população, a partir de ações direcionadas à conservação, preservação e controle dos recursos naturais.

No entanto, a peleja diária travada por grande parcela da população em busca do seu próprio sustento, somado ainda ao baixo grau de conscientização ambiental e cultural, facilitam a livre tomada de decisão dos parlamentares e gestores públicos, os quais se apoiando em suas prerrogativas discricionárias, passam a direcionar suas ações baseadas em critérios de caráter individual e focalizando investimentos em áreas diversas, incapazes de apresentar perenes soluções para os problemas sociais ligados às questões ambientais.

Nesse cenário, à luz de uma perspectiva de desenvolvimento, torna-se essencial articular e envolver a sociedade e os diversos agentes públicos e privados que atuam nos municípios. A atuação integrada desses entes passa a ser efetiva quando o corpo da administração pública local está sensível às variadas necessidades decorrente de problemas sociais, atenta às demandas da população e às dinâmicas econômicas mundiais que exigem do

UFCG - BIBLIOTECA

Estado novas estratégias para a melhoria das condições de saúde, educação, segurança, saneamento básico e novas ofertas de emprego, por exemplo.

Diante dos relatórios examinados, o baixo número de municípios que envia recursos financeiros direcionados às questões ligadas ao meio ambiente, salienta ainda o perfil administrativo de cada município sobre a temática em análise. Em sua grande parte, foram municípios que apresentam investimentos inconstantes, de valores diversos, cujos escassos investimentos oscilaram dentre subáreas da gestão ambiental, sem apresentar, contudo, um claro direcionamento de recursos visando o cumprimento de objetivos pautados em ações de médio ou longo prazo.

Para o processo de construção da agenda governamental das ações a serem executadas em cada período pelas gestões municipais, torna-se indispensável a participação popular na identificação de prioridades e cumprimento dos objetivos e metas da administração pública. A educação ambiental, a conscientização sobre a responsabilidade social da população, no que diz respeito ao meio ambiente e à gestão de seus recursos naturais, passa a ser questão prioritária, fundamental para o alcance de novos patamares de desenvolvimento, geração de novas oportunidades e ampliação da qualidade de vida dos moradores da região do semiárido paraibano.

A superação dos obstáculos sociais que impedem as liberdades de escolha e escamoteiam a dignidade humana, transpassa relações de mútuas identificações e interpretações do ambiente, necessitando de olhares integrados, coletivos, atentos às transformações ambientais, sociais e econômicas que envolvem a sociedade e que tentam surrupiar a capacidade de plena manutenção de gerações atuais e futuras.

6. REFERÊNCIAS

BARATA; KLIGERMAN; MINAYO-GOMES. A gestão ambiental no setor público: Uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12 (1): 165-170, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/15.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Tesouro Nacional. Balanço Orçamentário. Disponível em: <https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp>. Acesso em: 16 de jun. 2017.

CAVALCANTI, C. Algumas reflexões sobre desafios da economia ecológica em busca de um mundo sustentável. In: FIGUEIREDO, M. A. B.; LIMA, J. R. T. **Agroecologia: conceitos e experiências**. Recife: Edições Bagaço, 2006. cap.1.3, p. 89-100.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, jul-dez/2003. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482003000200011.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2017.

CORRÊA, Cynthia Cândida; LISTON, Rose Franco; BARROS, Agoncílio Correia; SILVA, Cleiuda Paes; BARCZSZ, Silvio Silvestre. **Gestão pública e desenvolvimento sustentável: a importância da implantação de plano diretor no ato de criação de um município**. In: 48º Congresso SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 2010. p. 01-20. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/954.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2006. 138p.

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 4ª ed. Brasília DF: Instituto de política, 2001.

GOES, Gustavo Antqueira; MORALES, Angélica Gois. **Gestão Pública e Sustentabilidade: desafios, ações e possibilidades**. Fórum Ambiental da Alta Paulista, IX Fórum Ambiental da Alta Paulista, São Paulo, v. 9, n. 4, 2013, pp. 199-212. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Gustavo_Goes/publication/266559966_Gestao_publica_e_sustentabilidade_desafios_acoes_e_possibilidades/links/5434a47d0cf294006f7360f6.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

RAMALHO, Maria Francisca de Jesus Lírio. A fragilidade ambiental do Nordeste brasileiro: o clima semiárido e as impreviões das grandes estiagens. **Sociedade e Território**, Natal, v. 25, nº 2, Edição Especial, p. 104-115, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/viewFile/3629/2896>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILVA, José Irivaldo Alves de Oliveira. A dimensão ambiental como política pública e condicionante para o desenvolvimento. In: MELO, C. A. V.; SOARES, K. C. C. **Instituições, gestão pública e desenvolvimento sustentável**. Recife: Editora Nossa Livraria, 2011. cap. Meio Ambiente, p. 247-288.